

Educação feminina em Jequié (BA) entre as décadas de 1960-1980

Alfrancio Ferreira Dias^I
Daniela Regina Souza Brito^{II}

RESUMO: Neste trabalho analisamos a questão da educação feminina, enfatizando a trajetória da mulher na ampliação das oportunidades educacionais e sociais, através da profissionalização do Magistério, representado pelo Instituto de Educação Régis Pacheco, na cidade de Jequié (BA). Para tanto, procuramos situar as relações de gênero num processo de construção sócio-histórica, destacando esta relação através das representações e dos valores patriarcais presentes na sociedade. Abordamos a educação feminina como experiência e prática social histórica que se constitui na necessidade de uma realização pessoal que permita a ascensão da mulher do espaço privado para o público, através do exercício da docência. Apresentamos as trajetórias de duas mulheres/professoras, reconhecendo a importância de perceber a história das mulheres através do ponto de vista de quem, de fato, faz parte desse processo histórico.

Palavras-chave: Educação Feminina. Gênero. História da Educação.

Women education in Jequie (BA) between the decades of 1960-1980

ABSTRACT: This study analyzes the issue of female education, emphasizing women's trajectory in the expansion of educational and social opportunities through the professionalization of the Magisterium, represented by Régis Pacheco Institute of Education, in Jequié (BA). Therefore, we try put forward the gender relations in a socio-historical construction process, highlighting this relationship through the representations and patriarchal values present in society. Describe to female education as experience and historical social practice that is in need of a personal achievement that will allow the rise of women in the private space to the public, through the teaching exercise. Here the paths of two women / teachers, recognizing the importance of understanding the history of women through the point of view of those, indeed, is part of this historical process.

Keywords: Women's Education. Gender. History of Education.

Artigo recebido em 08/02/2015 e aprovado em 01/09/2015.

Introdução

A educação sempre foi muito debatida nos diversos setores sociais. Os debates relacionados à educação estão sempre presentes quando se trata do desenvolvimento socioeconômico do país. Nesse contexto, a educação feminina e o papel da mulher na sociedade caracterizam uma abordagem marcada por desigualdades entre os gêneros, em relação às questões sociais e culturais.

O presente texto tem o intuito de discutir a educação feminina na cidade de Jequié (BA), especificamente nas décadas de 60, 70 e 80, do século XX, enfatizando os aspectos históricos e sociais do processo de escolarização das mulheres na principal instituição de ensino da época, o Instituto de Educação Régis Pacheco. Para tanto, temos como principal objetivo verificar como esta instituição contribuiu para o desenvolvimento da educação e emancipação feminina no município.

O marco temporal 1960-1980 delimita um período importante, uma vez que marca a feminização do Magistério naquele período histórico. O Instituto tinha suas salas de aula para turmas de Magistério composta apenas por mulheres o que demonstra que, no período analisado, os homens já haviam abandonado a docência, sob a alegação de essa ser uma profissão feminina. Assim, formulamos nossa pesquisa tendo como referencial maior a história da educação, destacando as trajetórias femininas na expansão das oportunidades educacionais e sociais, desde meados do século XIX e século XX, para compreendermos o processo da educação feminina no município de Jequié.

Para análise e interpretação das questões citadas acima, elegemos como metodologia a história oral, fontes documentais e narrativas. Trata-se de uma abordagem qualitativa, a qual tem como referencial teórico-metodológico as narrativas de histórias de vida de mulheres/professoras do Instituto de Educação Régis Pacheco. Quanto à interpretação da visão das professoras, em forma de narrativa, nosso trabalho se fundamentou na técnica de entrevistas de história oral, para a formulação dessa abordagem. As questões relacionadas ao Instituto de Educação Régis Pacheco e à cidade de Jequié, bem como sua caracterização como escola feminina no contexto da feminização do Magistério tiveram como fonte de pesquisa os documentos do arquivo da Instituição, como livros de registro, atas de reuniões, currículo disciplinar e cadernetas.

A Contribuição das Escolas Normais para a Escolarização Feminina

As escolas normais tiveram um papel extremamente importante no processo de escolarização feminina. Embora as mulheres já tivessem adquirido o direito de frequentar a escola e receber um determinado modelo de educação, foi através da criação das escolas normais que esse direito se tornou mais acessível para elas. Podemos afirmar, então, que o ensino feminino democratizou-se a partir da educação que era oferecida nessas escolas, educação esta que possibilitou às mulheres ingressarem também em outras esferas do ensino.

Para dar conta desse processo de difusão das escolas públicas, ampliou-se a preocupação com a formação de professores que agora seriam necessários também em maior quantidade. Esta preocupação era algo já antigo nas províncias brasileiras, pois, desde o Império, eram constantes as reclamações sobre o abandono da educação. Muitos reclamavam da ausência de escolas para formação de professores, entretanto, até então, embora já houvesse muitas reclamações sobre as péssimas condições educacionais, não existiam

projetos que visassem a uma ampliação da escolaridade básica e não havia também uma proposta de formação para a qualificação profissional do professor. A educação brasileira caracterizava-se pelas precárias condições de remuneração e pelo total despreparo dos mestres, sendo que a partir da terceira década do século XIX, as escolas normais começaram a surgir no cenário brasileiro. A primeira escola normal do Brasil foi criada no ano de 1835, em Niterói^{III}, com a finalidade de institucionalizar a formação de professores para o exercício nas escolas públicas. A grande proliferação das escolas normais no Brasil se explica pela forte efervescência no campo político-cultural. O Brasil estava independente e necessitava se estruturar como um país livre e se consolidar como nação. Assim, havia uma grande movimentação de ideias, e dois grupos se confrontavam entre si. O primeiro buscava recolonizar o Brasil, o segundo, por sua vez, buscava a autonomia brasileira.

Muitos eram os conflitos políticos que ocorriam naquela época de transição e é justamente neste cenário que a instrução se torna importante para “[...] romper as trevas que caracterizavam o passado colonial, superando a ‘barbárie’ dos sertões e a ‘desordem’ das ruas, estabelecendo assim o primado da razão”^{IV}. Portanto, percebe-se que foi este pressuposto que norteou a proposta da formação de professores na escola normal. Ao observar a Lei n° 10, promulgada em 1835, no município de Niterói (RJ), responsável pela organização do ensino normal e que estabeleceu as normas para aqueles que pretendiam se candidatar ao ingresso na escola normal, é possível confirmar que a formação intelectual do professor não era uma preocupação efetiva desse primeiro projeto de escola. Esta hipótese pode ser confirmada principalmente no texto da própria Lei, quando dizia que:

Art.4° Para ser admitido à matrícula na Escola Normal requer-se ser cidadão brasileiro, maior de dezoito anos, com boa morigeração; e saber ler e escrever.
[...]

Art. 6° Os que pretendem matricular-se dirigirão seu requerimento ao presidente da província, instruídos com a certidão de idade e a atestação de boa conduta, passada pelo juiz de Paz de seu domicílio: com despacho do mesmo presidente serão matriculados pelo diretor, se, pelo exame que deverá proceder, achar que possuem princípios suficientes de leitura e escrita.^V

Diante disso, nota-se que a moralidade supera a formação intelectual. A boa morigeração relacionada à boa conduta, à moral e aos bons costumes e um pouco de leitura e escrita eram requisitos suficientes para que esses futuros professores ingressassem naquela escola. A ênfase dada à questão da moral e dos bons costumes se justifica pelo momento conflituoso em que o país se encontrava. Chama a atenção é que a primeira escola normal do Brasil não recebeu mulheres no início de sua fundação, mesmo já havendo na Província oito escolas públicas femininas, porém, para atuar nas escolas de meninas, bastava apenas que as professoras tivessem o conhecimento das primeiras letras, de algumas prendas domésticas e os ensinamentos religiosos.

As mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas primárias da Província, mas sua exclusão funcionava através da redução do conteúdo do currículo das escolas femininas. Deveriam aprender apenas a ler, a escrever e as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como, o estudo da geometria era interditados às meninas.^{VI}

Destarte, é interessante dizer que as mulheres não eram impedidas de frequentar as escolas primárias, como nos mostra a autora, porém a exclusão era fortemente marcada pela

diferenciação e redução dos conteúdos do currículo que apresentava dois modelos, um para meninos e outro para meninas, demonstrando ainda mais essa diferenciação existente entre os sexos, ou seja, encontramos aqui a marcante questão do gênero.

Na Bahia, a criação da escola normal é datada de 1936, porém seu funcionamento só foi efetivado em 1942, devido à falta de espaço para as instalações da referida escola. É possível afirmar que essa escola surgiu na Bahia com a finalidade de solidificar e expandir os ideais políticos da classe que estava no poder e assim garantir a sua estabilidade. A Lei nº 37 que autorizou a fundação da Escola Normal da Bahia deixava claro em seu texto que a preferência era pela formação de alunos do sexo masculino, porém previa também a formação de mestras para a instrução primária, no entanto, isto deveria acontecer em um curso especial com um currículo voltado para o ensino das disciplinas do curso primário, com o acréscimo da matéria desenho linear e prendas domésticas, disciplina que deveria ser ministrada por uma professora.

Mesmo havendo um longo período de tempo entre a fundação e o início de funcionamento da Escola Normal da Bahia, não foi providenciado um espaço físico para a mesma, e, no ano 1942, a escola abriu suas portas em instalações improvisadas.^{VII} Assim, podemos dizer que tais dificuldades e problemas encontrados durante os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal da Bahia eram relacionados ao momento histórico em que se encontrava a Província, uma vez que era um período de revoltas populares, e muitos professores faziam parte do grupo de revolucionários.^{VIII} Desta forma, somente após o intervalo de seis anos é que a Escola, de fato, começou as suas atividades. No entanto, a lei que determinava o ingresso de alunos de ambos os sexos encontrou muitas dificuldades, uma vez que não havia uma estrutura apropriada capaz de atender a alunos de ambos os sexos, separadamente.

Alguns anos depois, a Resolução nº 403, de 02 de agosto de 1850, que se dirigiu especificamente às escolas normais, determinou a separação dos sexos, proibindo que mulheres e homens estudassem no mesmo prédio. Isso ocorreu devido ao pensamento da sociedade do século XIX que entendia ser tal modelo educacional um perigo em relação à moral e aos bons costumes. A Resolução determinou também que alunos e alunas deveriam ser educados por professores do mesmo sexo^{IX}. Em 1860, a Escola Normal da Bahia sofreu mais uma reforma e foi transformada em internato, tanto masculino quanto feminino que funcionavam em prédios diferentes^X. O governo considerava esta opção apropriada para controlar o comportamento dos futuros professores e professoras. Porém, fica evidenciado que, com essa decisão, os homens começaram a evadir-se da Escola Normal, visto que, para eles, o internato os privava de sua liberdade e com isto as matrículas de alunos começaram a apresentar uma significativa redução.

Devido ao afastamento dos homens do ensino normal e as altas despesas com a manutenção dessas escolas, o internato dos homens foi desativado e o curso normal masculino voltou a seguir o regime de externato, porém o das mulheres continuava inalterado. Dessa maneira, a educação oferecida às meninas era oposta à educação dos homens, uma vez que o modelo educacional feminino tinha ainda como principal pretensão perpetuar a ideia da mulher frágil, presa à maternidade, ao fazer doméstico e à clausura no espaço privado, vivendo em um internato até o final do curso normal. Por outro lado, o homem desfrutava de total liberdade, visto que não se adaptava aos limites do internato. Desta forma, o modelo educacional feminino reforçava os preconceitos e a diferenciação entre os sexos, evidenciando a inferioridade da mulher em relação aos homens. Apesar da mudança do internato masculino para o regime de externato, a procura dos homens pelo curso normal

continuava decrescendo. Com o intuito de formar professores homens em um menor período de tempo, as autoridades da Província da Bahia reduziram o tempo de duração do curso para dois anos, porém sem sucesso, pois os homens agora buscavam outras ocupações, visto que, como provedores da família, precisariam de maiores salários e melhores condições de trabalho, oportunidades que não eram oferecidas no exercício da docência^{XI}. O número de professores homens que se formavam nas escolas normais era insuficiente; a solução encontrada foi o aproveitamento das professoras no ensino de primeiras letras, para ambos os sexos. Iniciava-se, a partir daquele momento, um novo regime educacional, a coeducação.

A discussão acerca do regime da coeducação teve início no final da década de 1860, porém foi apenas no fim da década de 1870 que essa questão ganhou força. Podemos afirmar que esse regime se efetivou principalmente devido a argumentos econômicos utilizados tanto nas escolas normais quanto nas escolas primárias^{XII}. A implantação da coeducação resolveria, ao mesmo tempo, a questão da ausência de professores para as classes primárias de meninos e permitiria a promoção das professoras formadas na Escola Normal. Nessa linha de reflexão, podemos afirmar que a coeducação desempenhou um importantíssimo papel na feminização da instrução primária no Brasil, pois, “[...] criou mais oportunidades para mulheres entrarem no magistério porque se podia confiar a regência das aulas mistas às mulheres, e não limitá-las a só lecionar nas escolas para meninas”^{XIII}. Portanto, fica evidente que a partir do momento em que as mulheres assumiram as aulas também dos meninos, o magistério tornou-se profissão feminina, uma vez que tal função é associada aos cuidados maternos.

A decretação de uma reforma no ensino, embora considerada polêmica, trouxe muitas inovações para a educação, pois permitiu o ensino livre e introduziu o sistema de escolas mistas no ensino primário^{XIV}. O decreto também concedia às mulheres a preferência na regência das classes mistas. Em relação ao currículo, havia algumas diferenças referentes ao sexo, uma vez que no Brasil ainda não era permitida uma educação feminina que não oferecesse alguns ensinamentos domésticos. Mesmo com muitos avanços, a coeducação, até o final do século XIX, sofreu algumas resistências. Na Bahia, esse regime foi implantado apenas depois da instauração da República, em 1895, através da Lei nº 117, datada de 24 de agosto, assim a educação baiana passou a adotar uma estrutura unificada e criou o Instituto Normal da Bahia, com a finalidade de atender ambos os sexos^{XV}. A formação de professores na Província baiana foi alvo de constantes e significativos avanços, uma vez que

[...] o campo de conhecimento para essa formação foi, gradativamente, sendo ampliado com o objetivo de proporcionar aos alunos da Escola Normal um corpo de saberes e de normas de conduta fundamentais para o futuro exercício do magistério e indispensáveis à construção de sua identidade como mestre, uma vez que, naquela época, a sociedade necessitava, cada vez mais, de instituições e de indivíduos que contribuíssem para o seu controle social.^{XVI}

Pensando assim, embora a Escola Normal da Bahia tenha sido alvo de um apanhado de leis que, na maioria das vezes, não saiu do papel, isso não impediu que fossem realizadas ações com a finalidade de institucionalizar a formação de professores na província baiana. Pode-se afirmar que as escolas normais contribuíram de forma significativa para a emancipação feminina, embora de maneira silenciosa, e oferecendo um modelo de educação que enfatizava o papel da mulher enquanto um ser doméstico, sob uma ótica de currículo diferenciado para os sexos; entretanto, as mulheres utilizaram esse pouco oferecido pela educação e ampliaram seus horizontes. Nesse sentido, as mulheres souberam utilizar os poucos espaços e construir uma nova identidade. Na condição de professoras, elas iniciaram a

sua emancipação e se tornaram necessárias à construção da nação. Essa oportunidade representava para elas a possibilidade de exercer uma profissão e, além de tudo, se libertarem da clausura doméstica, inserindo-se no espaço público e sendo respeitadas pelo fato de exercerem uma profissão digna e reconhecida na esfera social, construindo, ainda, certa independência financeira.

Instituto de Educação Régis Pacheco: um Espaço de Oportunidades

A criação das escolas normais rurais no interior da Bahia teve como objetivo principal a civilização da população rural, promovendo o acesso à educação e à cultura. É nesse cenário de significativas mudanças educacionais e expansão das escolas públicas, que surgiu o Ginásio Público Régis Pacheco, no município de Jequié, o qual, mais tarde, com a ampliação do seu espaço, passou a ser denominado Instituto de Educação Régis Pacheco. O ginásio teve seu ato de criação assinado em 14 de dezembro de 1948, sob a Lei nº 130, publicada no Diário Oficial da Bahia, porém sua primeira aula, a aula inaugural, ocorreu no dia 19 de março de 1952, quando houve o lançamento da pedra fundamental. Para a inauguração estiveram presentes o educador Anísio Teixeira, que na época era secretário de educação da Bahia, o governador Régis Pacheco, Tote Lomanto e o então prefeito da cidade, Lomanto Júnior.

Para além dos benefícios que a educação promovia, a presença de um instituto de educação em uma cidade era um importante símbolo de progresso, modernidade e civilização; devido a esses fatores, o lançamento da pedra fundamental do Ginásio Regis Pacheco tornou-se um acontecimento histórico para a cidade, que até então dispunha apenas de pouquíssimas escolas de educação primária. Desta forma, a implantação do IERP trouxe juntamente o progresso e novas perspectivas educacionais para a população jequeense.

A proposta inicial foi de fundar uma escola para formação de professores, com o propósito de atuarem na educação primária, porém, com a demanda por uma educação pública de qualidade que atendesse às necessidades sociais da época; uma perspectiva dos moldes ideológicos da burguesia levaram os governantes a implantarem novos cursos de formação e ampliarem os espaços com a finalidade de atender a um maior público, o que fez com que em pouco tempo de existência o Instituto de Educação Régis Pacheco se tornasse referência educacional em toda a região. Pode-se afirmar que o Instituto de Educação Regis Pacheco foi extremamente relevante para o progresso educacional de Jequié, uma vez que, com sua chegada, seria reduzido o número de jovens que deixaria a cidade para estudar em outras cidades e na capital da Bahia, como também em outros estados, além de oportunizar a vinda de jovens de outras cidades circunvizinhas para estudar na Instituição. Vale ainda ressaltar que muitos jovens não tinham condições de continuar seus estudos quando concluíssem a educação básica, pois não dispunha de condições financeiras para se manter fora da cidade natal, é nesse sentido que também se destaca a importância do IERP, pois possibilitou a oportunidade da classe de menor poder aquisitivo alcançar um nível mais elevado de escolarização.

No que diz respeito à educação feminina, inúmeras foram as contribuições, pois possibilitou a continuidade da educação escolar para as mulheres que não tinham condições de continuar seus estudos, após concluíssem a educação básica, pois, à época, apenas as jovens que podiam se instalar nos colégios religiosos da capital do Estado é que tinham oportunidades de se tornarem professoras ou de exercerem outras profissões, visto que a

maior parte dos colégios era particular. A partir da fundação desse Instituto, as meninas de baixo poder aquisitivo puderam ingressar no curso ginásial e, em seguida, serem admitidas ao curso de magistério oferecido pela Instituição e se tornarem professoras da escola primária, fato que lhes permitia uma nova oportunidade de vida; mais tarde, as mulheres começaram a ingressar em outros cursos que até então eram considerados masculinos. Partindo dessa perspectiva, é possível afirmar que, além de oportunizar uma educação pública de qualidade, o Instituto de Educação Régis Pacheco trouxe consigo novas oportunidades, principalmente para as mulheres, pois, a partir de sua criação, as jovens começaram a ingressar nos diversos cursos que eram oferecidos e em número bem maior no curso de magistério, pois, para a época, a profissão de professora oportunizava uma mais rápida inserção no mercado de trabalho.

O magistério representava o nível mais alto de instrução que uma jovem poderia desejar, além disso, o exercício da docência era considerado nobre e valorizado, embora não fosse merecidamente remunerado. Vale salientar que, não diferente das escolas normais, o curso de magistério do Instituto não fugia às regras e pretendia também formar e preparar mães e esposas, destino certo das futuras professoras. Dessa maneira, “[...] a função feminina poderia ser ampliada e sublimada, e o magistério representado como uma atividade de amor, de entrega e doação à qual acorreriam as jovens que tivessem vocação”^{XVII}. Esse argumento pode explicar o fato de a maior parte da turma de magistério ser formada por mulheres o que permitia sua consolidação como curso feminino. Nessa linha de reflexão, esclarecemos que considerar o magistério primário uma profissão feminina revela a questão das relações de poder, que perpassam as relações de gênero, na qual a mulher ficou por muito tempo presa às suas condições biológicas.

Tudo foi muito conveniente para que se construísse a imagem das professoras como trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras, o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho, etc..^{XVIII}

Esse discurso, construído nos séculos anteriores e que ainda persistia sobre o ser feminino, também norteava o curso de magistério do IERP, pois era considerado uma extensão da maternidade e não oferecia riscos à moral feminina. Contudo, mesmo envolto nesse discurso, o curso representou uma possibilidade de libertação para as mulheres, que puderam sair da clausura doméstica e se inserir no espaço público através de uma profissão digna e socialmente valorizada.

A criação do Instituto de Educação Régis Pacheco possibilitou grandes avanços para o sistema educacional da época e se manteve por muito tempo considerado uma das melhores instituições de ensino da Bahia. Com uma proposta pedagógica que visava atender às necessidades da época e com um trabalho que servia de referência, atendia às mais diversas classes sociais e preparava profissionais para atuar no mercado de trabalho da cidade; a partir das necessidades que surgiam com o desenvolvimento urbano, os governantes abriam cursos com a finalidade de preparar profissionais especializados para atuar nas empresas que se formavam. Além, do ensino primário, do curso ginásial e do curso de magistério, passaram a ser oferecidos pelo Instituto os cursos de Contabilidade, Patologia, Auxiliar de Laboratório e Administração. A maioria dos alunos concluintes era do curso de magistério, número quase totalmente de mulheres, pois, como já discutido anteriormente, o magistério já havia se tornado profissão feminina e, como no período a demanda por professores era muito grande

devido à expansão das escolas públicas para o ensino primário, era mais fácil para essas mulheres iniciarem uma vida profissional mais rapidamente. Assim, muitas professoras ali formadas se tornariam professoras primárias da própria Instituição, e mais tarde teriam a possibilidade de ampliarem seus estudos, ocupando outros espaços. Assim, discutiremos a atuação feminina no Instituto de Educação Régis Pacheco, não apenas como alunas do curso de magistério, mas também como alunas dos cursos considerados para homens.

Atualmente, o Instituto de Educação Régis Pacheco foi transformado em Escola Profissional e recebe a denominação de Centro Estadual de Educação Profissional Régis Pacheco, no ano de 1999, passou por sua última reforma. Levando em consideração a primordial importância do Instituto para o progresso da cidade de Jequié, e as consideráveis contribuições para o processo de escolarização feminina, bem como para a emancipação das mulheres, discorreremos, a seguir, acerca de como a feminização do magistério foi concebida nesse espaço, evidenciando também as diferenças de gênero existente nos demais cursos que ali eram ofertados.

Atuação Feminina no Instituto de Educação Régis Pacheco

Durante as décadas de 60, 70 e 80, do século XX, o Instituto de Educação Régis Pacheco possibilitava que grande parte da população feminina da cidade de Jequié estivesse matriculada nos diversos cursos que ali eram oferecidos. No entanto, é possível afirmar que eram mais frequentes as matrículas femininas no curso de magistério, uma vez que naquela época era bem mais evidente a presença de mulheres que exerciam a profissão docente; os homens, por sua vez, optavam por cursos que lhes dariam um maior prestígio social e maior remuneração financeira.

A feminização do magistério, termo utilizado para caracterizar a progressiva inserção das mulheres na docência, em substituição aos professores do sexo masculino, teve início desde o século XIX, porém se consolidou durante as primeiras décadas do século XX. Vale ainda ressaltar que a feminização do magistério não se resume apenas à quantidade de mulheres que aumentou nos âmbitos educacionais, mas também à maneira como a profissão docente foi concebida na sociedade, estando sempre associada às características femininas, o que, de fato, fez com que os homens abandonassem tal ofício considerando-a uma profissão desvalorizada. Dessa forma, entre as décadas de 1970 e 1980, a feminização do magistério já era algo extremamente notável, e o Instituto oferecia, além do curso de magistério, os cursos de contabilidade, administração, auxiliar de laboratório e patologia. Porém podemos perceber, através dos dados coletados, que a maior parte de mulheres concluía o curso de Magistério, porém os demais cursos também eram frequentados por elas, o que permite confirmar que, embora alguns desses cursos, como exemplo o de Contabilidade, fossem considerados cursos com perfis masculinos, estes também começavam a ser frequentados por mulheres que não se identificavam com a profissão docente e que desejavam outra formação.

A entrada dessas mulheres para o mercado de trabalho não seria tão fácil, visto que, mesmo com os avanços da modernidade e com muitos direitos já conquistados, o preconceito em relação às mulheres ainda prevalecia. Isso explica o fato de as mulheres optarem, em sua maioria, pela docência, pois lhes possibilitaria a inserção mais rápida no mercado de trabalho e permitiria que elas ocupassem um cargo socialmente reconhecido e que lhes daria certo prestígio social. Muitas alunas buscavam a formação para o magistério como possibilidade de profissionalização, que poderia garantir futuramente certa autonomia e independência. Para

outras, a Instituição servia como estratégia para a ampliação de estudos. Nessa linha de raciocínio, o exercício da docência contribuiria para a emancipação das futuras professoras, uma vez que o exercício do magistério não era considerado por elas apenas um trabalho, mas adquiria, principalmente, um caráter social e formativo. Assim, podemos considerar que as professoras souberam utilizar o exercício docente como fator essencial para abrir os espaços para sua libertação e evolução profissional, bem como para sua constituição como pessoas e cidadãs de direitos e deveres.

A escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. Em nosso país, como em vários outros, esse espaço foi, à princípio, marcadamente masculino.^{XIX}

A educação, durante longo tempo, era função estritamente masculina. Apenas os homens estudavam e lecionavam, porém ao longo do processo de desenvolvimento e construção histórica, a mulher foi chamada a assumir o seu papel social. No entanto, a sua entrada na escola e no magistério não permitiu que as separações e discriminações relacionadas à questão de gênero deixassem de estar presentes na escola. Essa diferenciação relacionada aos gêneros ainda presente naquela época, não impediu que as mulheres do Instituto de Educação Régis Pacheco exercessem seu verdadeiro papel social.

Vale ressaltar que a imagem da mulher passiva já havia sido desconstruída no período em estudo, e que naquele momento elas buscavam superar desafios e se mostravam aptas a exercício de qualquer profissão. A luta por direitos continuava fervorosa com o movimento feminista que eclodiu nos anos 1960 e ganhou forças nas décadas seguintes, trazendo consigo uma nova forma de pensar o ser feminino. Assim, pensar o Instituto de Educação Régis Pacheco como um espaço de atuação feminina é compreender de que forma esse espaço contribuiu para a formação e emancipação das mulheres que ali estudaram e se formaram, especialmente em professoras, foco da nossa discussão. Nesse sentido, o Instituto trouxe novas possibilidades para a cidade, visto que era considerado como referência em educação no Estado da Bahia.

Discutiremos, de forma sucinta, a importância que o Instituto teve na formação educacional das mulheres da cidade de Jequié, enfatizando a contribuição social do curso de magistério para aquelas que ali estudavam e atuavam como profissionais. Em relação ao curso ginásial, entre 1955 – ano de conclusão da primeira turma ginásial – e o ano de 1966, o curso do ginásio recebia um número de mulheres bem relevante, conforme dados da pesquisa documental, cerca de 45%, bem como em outros cursos ofertados. Se compararmos a quantidade de homens em relação ao número de mulheres, percebemos que se trata de números bastante equivalentes. É possível explicar tal equivalência pelo fato de que no período algumas mulheres, embora já permitido, ainda tinham dificuldades financeiras para ingressarem em níveis mais elevados de instrução. Dessa maneira, a chegada do Instituto de Educação Régis Pacheco trouxe para essas meninas, que haviam apenas concluído o ensino primário, a possibilidade de ingressarem no curso ginásial e ainda mais tarde aumentarem seu nível de escolaridade frequentando um curso que lhes permitisse o exercício de uma profissão.

As tabelas 01 e 02, a seguir, evidenciam exatamente os números referentes à quantidade de homens e mulheres que concluíam os cursos de Contabilidade e de Magistério oferecidos no Instituto. Tais dados foram coletados no livro de registro do arquivo da Cadernos do Tempo Presente, n. 21, set./out. 2015, p. 46-66 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

respectiva Instituição e comprova que o número de mulheres, em alguns momentos, superou o número de homens que concluíam esses cursos. Em relação ao curso de Contabilidade, é possível afirmar que era um dos cursos que mais recebiam e formavam alunos na época, devido à necessidade de contadores no mercado de trabalho que se expandia. Também era muito grande a procura de mulheres por esse curso.

Tabela 01 - Concluintes do Curso de Contabilidade

Ano	Nº de Concluintes	Homens	Mulheres
1970	45	33	12
1971	71	59	12
1972	53	41	12
1973	70	48	22
1974	76	55	21
1975	114	72	42
1976	59	31	28
1977	94	50	44
1978	117	73	44
1979	256	122	134
1980	175	87	88
1981	226	118	108
1982	283	148	135
1983	117	24	93
1984	125	77	48
1985	167	81	86
1986	169	107	62
1987	116	73	43
1988	164	110	54
1989	266	137	129

Fonte: Livro de Alunos

Embora como um curso totalmente observarmos

Registro dos Concluintes.

se apresente quase masculino, se mais

detalhadamente a tabela 01, fica evidente que em alguns anos o número de mulheres chega a uma diferença mínima em relação ao número de homens. A inserção das mulheres nos cursos citados acima evidencia que nesse recorte histórico, o direito de escolha das mulheres já era algo permitido, ou seja, elas já podiam, de certa forma, decidir quanto à profissão que gostariam de exercer, porém, é certo dizer que as mulheres que optavam por esse curso ainda

eram minoria, pois se tratava de curso com perfil masculino e algumas mulheres ainda traziam em si a forte marca do “lugar feminino”. Neste sentido, é possível afirmar que “[...] são os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como mais ou menos valorizadas e as formas como se distingue masculino de feminino [...]”^{XX} que irá determinar e diferenciar o que é uma profissão de homem e o que é uma profissão de mulher, evidenciando que são as relações de gênero que determinam os campos masculinos e femininos de atuação profissional.

Em relação ao gênero, ressaltamos que este termo é utilizado para “[...] sinalizar as características socialmente construídas que estruturam a definição do que é masculino e feminino”^{XXI}. Assim, a utilização do termo gênero contribui de forma significativa para analisar espaços de poder ocupados por mulheres e homens na sociedade, e compreender de que forma essa diferenciação opera nos aspectos da vida social desses indivíduos em relação ao sexo, colocando cada um no seu espaço.

Partindo do pressuposto de que as mulheres começaram a se perceber enquanto sujeito social, com uma história e uma identidade próprias, esse “lugar feminino”, resultado de um longo processo histórico, foi perdendo seu sentido no momento em que elas começaram a perceber o desafio de demonstrar que eram capazes de atuar em qualquer espaço e realizar qualquer atividade tão bem quanto os homens. Assim, os espaços que eram destinados às mulheres ficaram pequenos; e, a partir da escolarização e do exercício profissional, elas começaram a construir uma nova identidade feminina sentindo-se mais fortes e capazes de lutar por seus direitos, ampliando, assim, seus horizontes. Portanto, a inserção das mulheres nos cursos oferecidos pelo Instituto de Educação Régis Pacheco possibilitou-lhes ocupar os espaços outrora pertencentes apenas aos homens. Por outro lado, ainda que no período houvesse a possibilidade de as mulheres atuarem em outros cursos dentro do Instituto de Educação Régis Pacheco, a sua atuação era mais forte no magistério, pois não se resumia apenas a concluir o curso e sair daquele espaço, mais sim, em concluir o curso e construir naquele mesmo espaço uma carreira profissional.

A tabela 02 mostra os números exatos de mulheres que concluíam o curso de Magistério nas referidas décadas e que mais tarde, possivelmente, estariam atuando nas salas de aula, muitas vezes do próprio Instituto.

Tabela 02 - Concluintes do Curso de Magistério

Ano	Nº de Concluintes	Homens	Mulheres
1970	169	3	166
1971	159	6	153
1972	226	3	223
1973	203	7	196
1974	242	21	221
1975	257	20	237
1976	88	3	85

EDUCAÇÃO FEMININA EM JEQUIÉ (BA) ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1980

ALFRANCIO FERREIRA DIAS E DANIELA REGINA SOUZA BRITO

1977	155	2	153
1978	185	3	182
1979	184	4	180
1980	131	3	128
1981	92	0	92
1982	133	0	133
1983	107	2	105
1984	111	2	109
1985	160	1	159
1986	212	18	194
1987	186	8	178
1988	230	21	209
1989	170	4	166

Fonte: Livro de

Concluintes.

Registro dos Alunos

Desta forma, a atuação feminina no Instituto de Educação Régis Pacheco é representada especificamente pelo curso de Magistério. Como podemos ver na tabela nº 02, o curso, nas décadas de 1970 e 1980 era quase que 100% feminino o que se justifica, como já discutido, pela maior facilidade de exercer uma profissão e até mesmo pelo próprio processo histórico no qual se consolidou o exercício docente enquanto trabalho feminino.

As insuficientes condições de trabalho e de salário, originárias do descaso do Estado para com o ensino público determinaram o afastamento dos professores do sexo masculino da escola elementar. As mulheres passaram, então, a ser convocadas pelas políticas públicas a ocupar este espaço de trabalho abandonado, que visavam muito mais a manutenção de princípios morais conservadores do que a profissionalização das mulheres professoras.^{xxii}

A autora explica o fato de os homens abandonarem o magistério devido ao descaso com a educação pública, e explica que a maior preocupação do Estado era de manter os princípios morais e conservadores e não de garantir a profissionalização das professoras. Porém, podemos afirmar que, embora a intenção dos governantes fosse esta, o exercício da docência possibilitou às mulheres uma nova oportunidade profissional e de vida, bem como que essa visão errônea de conceber a educação permitiu às professoras do Instituto de Educação Régis Pacheco um processo de emancipação social e a chance de atuarem no mercado profissional; mesmo com tantas negações referentes ao magistério, ele era ainda importante para a formação feminina, visto que foi o primeiro meio para tal.

As mulheres eram maioria nas salas como alunas e também como professoras que lecionavam nesse curso. Embora houvesse alguns professores do sexo masculino, atuando no Instituto, eles ministravam aulas nos demais cursos que eram oferecidos na época. No que

tange à educação de crianças, havia apenas professoras, uma vez que, para os homens, ensinar crianças era trabalho e função feminina, pois estava ligada ao cuidado e à maternagem, pensamento causado por um processo histórico que até os dias atuais apresenta reflexos, pois foram estas questões que desvalorizaram a profissão docente, classificando-a como feminina e mal remunerada.

Tratando-se do exercício da docência, muitas foram as vantagens que tal profissão trouxe para a vida feminina. O direito à educação e, posteriormente, a exercer a profissão docente, permitiu para elas uma ruptura com os paradigmas impostos pelos moldes patriarcais que, por muitos anos, perpetuou-se em nossa sociedade, com a ideia de uma mulher passiva e submissa aos homens, restrita apenas aos cuidados com o lar e a família. Desse modo, o trabalho docente permitiu para as mulheres o acesso ao espaço público de forma mais ampla e complexa, visto que, a partir daquele momento, elas não apenas estariam presentes nos espaços públicos, mas também passariam a participar de forma mais significativa das questões sociais. Nesse sentido, as mulheres que desafiaram o papel tradicional encontraram, provavelmente, outras maneiras de exercerem suas subjetividades, porém, não podemos esquecer que isso não aconteceu de forma simples, e elas tiveram que lidar com muitas tensões pelo fato de deixarem o espaço privado e se arriscarem no mundo público.

Sobre o curso de magistério no Instituto de Educação Régis Pacheco, pode-se afirmar que sua principal proposta era formar professoras primárias para atuar nas escolas públicas, o que não a diferenciava das proposituras das escolas normais. Em relação à concepção de educação do curso, apesar das mudanças e avanços históricos, o ensino era apenas conteudístico e não tinha intenção de formar professores críticos, mas de formar professores que perpetuassem o sistema social da época.

A educação oferecida no Instituto de Educação Régis Pacheco, mais especificamente no curso de magistério, não se apresentava diferente da educação que foi pensada em tempos mais remotos para a formação das mulheres. Podemos perceber que se trata de um modelo educacional muito próximo do que era proposto pelas escolas normais na época de sua criação, pois podemos ver incluídas no seu currículo disciplinas relacionadas às práticas do ensino de maneira tecnicista, ou seja, disciplinas que tinham como função principal ensinar para as futuras professoras como aplicar uma aula, sem se preocupar com a formação integral dos sujeitos.

Partindo dessa linha de reflexão, compreende-se que naquela época não havia uma preocupação em formar uma professora crítica e ciente dos seus direitos, uma vez que a função principal do modelo educacional da época era permitir um certo nível de escolaridade capaz apenas de dar conta das necessidades daquele período, para tanto, a educação tinha o papel de favorecer a perpetuação do sistema político da época e formar pessoas com um grande fervor patriótico.

O Resgate das Memórias Femininas

Atualmente muito se tem falado sobre a importância de trabalhar a memória como fonte investigativa. A história oral vem se constituindo ao longo dos anos como um riquíssimo instrumento de pesquisa, uma vez que possibilita compreender a história e as questões sociais do ponto de vista daqueles que, de fato, vivenciaram tal processo. Nesse sentido, buscamos o resgate da história feminina como uma forma de mostrar a mulher e sua atuação no Instituto de Educação Régis Pacheco, através de suas narrativas de seu cotidiano nesse espaço público e ainda no espaço privado de suas casas. Para tanto, as memórias das

alunas foram resgatadas através de alguns questionamentos envolvendo suas atividades como estudantes, profissionais e ainda as atividades desenvolvidas na vida familiar. Procuramos, através das trajetórias dessas mulheres, compreender e observar como se originaram os diferentes processos que produziram seu imaginário, bem como tentar desvendar a maneira como elas foram, ao longo dos tempos, escrevendo suas histórias e construindo sua identidade na condição de pessoas e profissionais.

Foram entrevistadas duas professoras que estudaram no Instituto de Educação Régis Pacheco na década de 1960 e que atuaram como educadoras naquele estabelecimento de ensino nas décadas seguintes. Atualmente, elas estão aposentadas por tempo de serviço e uma delas ainda atua como secretária da Instituição. Para melhor descrevê-las as identificaremos aqui como professora P e professora M. A professora P tem 66 anos, é casada, mãe de dois filhos, um de 37 anos e outro de 36, um deles é formado em Administração de Empresas e o segundo é formado em Ciências da Computação. Atualmente, embora aposentada da profissão docente, atua como secretária no Centro Estadual de Educação Profissional Régis Pacheco (antigo Instituto de Educação Régis Pacheco). A professora M tem 68 anos de idade, é casada e não tem filhos, atualmente aposentada usa seu tempo livre para participar de uma ONG que ajuda mulheres grávidas carentes, participa do grupo da terceira idade e joga biriba com suas amigas para se distrair. Essas mulheres são professoras aposentadas, formadas no Instituto de Educação Régis Pacheco que tiveram uma longa carreira profissional e que construíram dentro daquele espaço educativo parte da história de suas vidas.

Através de seus depoimentos, foi possível compreender que, ao concluir o Magistério, elas se dirigiam quase que imediatamente para o trabalho docente, uma vez que na época havia uma grande escassez de professoras para atuar no primário; então, logo que concluíam o curso elas eram encaminhadas a uma instituição de ensino primário. Então, como descrever essas mulheres? A resposta não é muito fácil. Mas, elas podem ser descritas a partir de sua força e coragem para enfrentar uma sociedade completamente preconceituosa em relação à mulher e às suas capacidades. Podemos afirmar que essas mulheres se caracterizam pela história de vida que construíram ao longo de sua carreira profissional, bem como as contribuições que trouxeram a partir do exercício de sua profissão.

Os motivos das entrevistadas pela opção em estudar no Instituto de Educação Régis Pacheco são exatamente os mesmos que levaram tantos outros alunos - em especial alunas - a escolhê-lo. Segundo a professora P, a escolha por estudar no IERP foi motivada por questões familiares, uma vez que sua irmã já estudava lá e os pais reconheciam a qualidade da escola:

Na época tinha o (Pausa)... Na época só existiam dois colégios aqui em Jequié, era o Ginásio de Jequié, conhecido como do Padre, e o IERP. Comecei no Ginásio do Padre, como eu já tinha irmã estudando aqui no IERP, meu pai me transferiu aqui para o IERP e aqui fiquei até me formar. Na época também meus irmãos foram estudar fora; em Salvador, em internato. Como aqui, na minha geração, já existia o colégio então eu preferi ir ficando por aqui (Professora P).

Apesar de os irmãos homens já estudarem fora da cidade em internatos na capital do Estado, percebemos que o mesmo não aconteceu com as meninas da família. Enquanto os homens tinham a oportunidade de estudar na Capital, elas permaneceram na cidade em que moravam e somente tiveram a oportunidade de cursar o 2º grau após a fundação do IERP. Isso se explica pelo fato de que naquela época, embora as mulheres já tivessem seus direitos ampliados, ainda deveriam se preparar para casar e era exigido e necessário para elas o

mínimo de escolaridade, então não havia por parte das famílias uma maior preocupação em enviar essas meninas para a capital com a finalidade de ampliar seus estudos.

A professora M teve sua escolha motivada por questões financeiras. Filha de mãe viúva e com poucos recursos financeiros, o colégio particular que havia na cidade era muito caro e por isso eles decidiram pelo IERP, como explica na sua fala:

Naquela época o IERP estava começando e só tinha o colégio do Padre que era particular e muito caro. Como minha mãe era viúva e só tinha um irmão que sustentava a gente e trabalhava, e aí, pra fazer economia, a gente preferiu optar pelo IERP (Professora M).

Assim, a escolha era sempre motivada por questões familiares ou financeiras, e ainda pela qualidade do ensino que ali era oferecido e pelas oportunidades que a escolarização poderia trazer na questão profissional e social.

A partir dos relatos, fica evidenciado que a fundação do IERP em Jequié oportunizou o acesso de pessoas de poucas condições financeiras à escolaridade. As escolas públicas existentes eram de ensino primário e após concluir esse nível de ensino aqueles que tinham condições se dirigiam para os internatos da capital para alcançar níveis mais elevados de escolarização, porém, quem não dispunha de recursos financeiros não tinha oportunidades para avançar neste sentido. A escolha dos pais pelo Instituto estava diretamente relacionada às questões financeiras, familiares e ainda à falta de um número maior de escolas públicas que atendessem ao ginásio e ao 2º grau. Assim, a instituição atendia às classes baixa, média e alta, pois muitas famílias preferiam manter suas filhas por perto considerando que a educação que recebiam não havia nenhuma diferença em relação à que era oferecida nos internatos e nas escolas normais da Capital.

No que diz respeito à educação feminina no Instituto, não havia uma separação entre homens e mulheres, visto que era uma escola mista, em que homens e mulheres estudavam no mesmo ambiente, na mesma sala de aula e dividiam professores homens e professoras mulheres. Isso demonstra que, mesmo de forma lenta, a sociedade estava mudando, e novos padrões educacionais estavam surgindo, porém podemos perceber que a influência familiar ainda era muito grande sobre as meninas e havia certo controle em relação aos comportamentos que eram esperados delas. Vale destacar que a proposta da coeducação surgiu como uma forma de minimizar os gastos com a educação, e não tinha a finalidade de eliminar as diferenças existentes entre os sexos. Desta forma, o Instituto foi o primeiro espaço educativo de Jequié que possuía um modelo de escola mista, mas a proposta não contemplava o que, de fato, deveria ser considerado, visto que nesse espaço a coeducação era entendida apenas como uma maneira de colocar meninas e meninos na mesma sala e eliminar as diferenças, através de um modelo único de educação. No entanto, entendemos que a coeducação deve ser uma forma de ensinar o respeito ao diferente, bem como possibilitar a compreensão de que o diferente sempre tem algo a nos acrescentar, porém, sabemos que este pensamento não fazia parte da educação daquela época. No que diz respeito à rotina da Instituição, em relação às mulheres, as duas professoras entrevistadas dizem que não havia nenhuma diferença, que tanto as meninas quanto os meninos eram tratados igualmente pelos colegas e também pelos professores.

Eu não via nenhuma diferença. As salas eram mistas, era todo mundo junto e se davam muito bem. Eu nunca vi nenhum tipo de preconceito por ser mulher ou por ser de cor (Professora P).

EDUCAÇÃO FEMININA EM JEQUIÉ (BA) ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1980

ALFRANCIO FERREIRA DIAS E DANIELA REGINA SOUZA BRITO

Todas as salas eram mistas e agente se entrosava muito bem com os colegas não tinha nenhuma separação. Nem mesmo os professores faziam distinção (Professora M).

Percebemos que a concepção da coeducação, para essas professoras, é bem simplificada e está relacionada apenas à existência de turmas mistas. Isso fica claro também quando elas afirmam que as aulas não eram diferenciadas por sexo, pois estudavam todos na mesma classe, porém, mais adiante elas dizem que existiam cursos extras e algumas disciplinas que eram voltadas apenas para as mulheres e que tinham por finalidade ensiná-las a realizar algumas atividades domésticas.

A não ser algumas matérias como conteúdos de Educação para o Lar que ensinava muito as coisas do cuidado de casa, educação física também ajudava muito em relação ao cuidado do corpo, as aulas de arte, onde nós aprendíamos pintura, ponto cruz, as aulas de canto e culinária (Professora P).

Tal afirmação permite entender que, embora de forma mais sutil, a diferenciação entre os sexos se fazia presente nas salas mistas daquela instituição de ensino, porém o fato de estarem todos no mesmo espaço não deixava que as alunas tivessem essa visão de desigualdade entre os sexos. Para evidenciar as formas de dominação masculina no Instituto, basta observar os uniformes que eram usados na época. Os meninos usavam calça, porém às meninas, essa indumentária era proibida por ser considerada própria de homens, restando a elas o uso de saia pregueada por ser esta uma vestimenta feminina. Embora a escola fosse mista, o espaço feminino ainda era bem definido e as diferenciações entre os sexos eram feitas de formas sutis. A diferenciação estava presente no fardamento e nos cursos extras que eram oferecidos para as meninas, como bordado, culinária, pintura, entre outros de perfil feminino. Portanto, é possível afirmar que aquele período a questão da diferenciação entre os sexos ainda era fortemente marcada, porém, meninos e meninas desfrutavam dos mesmos espaços físicos.

No que diz respeito à disciplina, era algo cobrado de forma muito rígida e qualquer desvio de conduta dos alunos era punido com uma suspensão grave que era comunicada aos pais podendo sofrer sérias penalidades. Ao descrever como era exigida a disciplina as professoras relatam que:

A disciplina era imposta de forma muito rígida, não podia ter alunos fora da sala, nem aglomerações nos corredores, tinha uma constante fiscalização, os tutores ficavam no corredor vigiando. A pontualidade no horário também era muito cobrada (Professora P).

Nos pavilhões tinham os sensores para olhar na hora do intervalo que era de apenas 10 minutos, mas não tinha assim, problemas com disciplina não. Os sensores ficavam sempre vigiando; a gente conversava com os meninos, mas nada de namorar ou sentar muito perto, não podia não (Professora M).

As professoras diziam que o medo da punição não as impedia que aproveitassem o espaço da escola também para se divertir, porém, qualquer irregularidade no comportamento os alunos eram submetidos a uma grave punição.

No que tange às práticas pedagógicas, os relatos dizem que o ensino estava totalmente centrado no professor, as aulas eram monótonas e os conteúdos muito repetitivos. Segundo as professoras entrevistadas, o ensino estava restrito a leitura de textos, confecção de mapas e muitas provas escritas e orais. Assim, elas tinham uma aprendizagem mecânica, que acontecia

na base da “decoreba”. Não havia na época uma preocupação em promover uma aprendizagem significativa, o que havia, de fato, era um ensino que não se preocupava com a formação integral do sujeito. As provas eram extensas e cansativas e as respostas precisavam ser decoradas. Assim, observa-se que as práticas pedagógicas e avaliativas adotadas pelo Instituto favoreciam a memorização e estavam voltadas para atender aos interesses da classe dominante que não tinha a intenção de formar cidadãos críticos e conscientes de seus direitos.

O trabalho pedagógico desenvolvido no Instituto não se diferenciava dos praticados nos demais colégios da época. Era uma prática pautada em métodos tradicionais, em que recebiam destaque as aulas expositivas e a atitude receptiva dos alunos frente à autoridade dos professores. Os alunos deveriam permanecer calados durante as explicações. Nesse sentido, os conteúdos que faziam parte do currículo disciplinar do Instituto tinham uma certa intenção de oferecer informações sobre o que era para homens e o que era para mulheres, informando a cada um dos sexos seu devido lugar.

Quanto aos passeios, ao lazer e a influência à cultura, as professoras relatam que basicamente não existiam, ou eram muito raros. Quando questionadas sobre este aspecto, elas dizem que:

Não, no meu tempo era muito difícil, ou melhor, nem existiam (Professora M).
Estes eram sempre muito poucos. Recordo-me que fomos com o professor Emerson Pinto de Araújo, visitar a construção da Barragem de Pedra, entramos ali mesmo na parte interna da barragem. Mas eram muito poucos ou quase nenhuns quase não existiam. E cultura... acho que nem havia este incentivo não (Professora P).

Nesse sentido, o Instituto não favorecia uma aprendizagem em outros espaços educativos e tal processo estaria centrado apenas às salas de aula, não permitindo às alunas vivenciar o público em outras esferas senão a escola. Em relação às festividades, não eram muitas; resumiam-se apenas a festas de formaturas, aula da saudade e desfiles cívicos. As narrativas demonstram um grande entusiasmo quando falam sobre os desfiles que mobilizavam todo o Instituto para a preparação, aconteciam duas vezes no ano, no dia 07 de setembro e 25 de outubro, aniversário da cidade. É com entusiasmo que a professora P relata a responsabilidade de participar desses desfiles. Sobre a aula da saudade quem nos fala é a professora M, que demonstra muitas saudades das festas que eram realizadas como despedida da 8ª série. As formaturas também era um momento muito esperado e sonhado pelas estudantes do curso de Magistério. A cerimônia era sempre realizada no auditório do Instituto e o baile acontecia no clube da cidade. Após a formatura, as alunas eram designadas a dar aulas nas escolas primárias e por isso, a ocasião tornava-se um momento muito especial para elas, uma vez que, com a conquista de uma profissão, iniciariam uma nova fase de suas vidas.

Sobre as trajetórias e experiências de socialização das entrevistas, pudemos perceber que os sentidos e significados que atribuíam as suas vivências e como elas estavam marcadas nas suas memórias. Assim, recordar o tempo de alunas, construir sua própria história, rememorar práticas, trazer de volta lembranças esquecidas e por fim, registrar o que foi vivido são caminhos que tornam possível vislumbrar um tempo passado. Tratar das trajetórias escolares possibilitou para as entrevistadas um resgate de suas mais profundas lembranças como alunas do Instituto de Educação Régis Pacheco.

Considerações Finais

É nesse cenário sobre as possibilidades de escolarização feminina nas primeiras décadas do século XX, que começam a surgir muitas instituições de ensino com diversificadas propostas educacionais para as meninas. Porém, a maioria das escolas era particular e muitas jovens recebiam apenas a educação primária, eram poucas as que conseguiam ampliar seus estudos. As escolas particulares funcionavam nos mais variados regimes, internatos, semi-internatos e externatos. No entanto, as jovens que podiam frequentar essas escolas eram minoria, tratava-se de escolas muito caras e só quem tinha boas condições financeiras é que cursavam o ensino secundário.

Quando tratamos da cidade de Jequié (BA), podemos afirmar que, para as meninas que viviam ali era mais difícil ainda avançar nos estudos, visto que na cidade havia apenas escolas públicas primárias, e não eram muitas, e como curso ginásial havia apenas o Ginásio do Padre, instituição particular e muito cara na época. Dessa forma, as meninas que não dispunham de boas condições financeiras só cursavam o primário, e não tinham mais nenhum avanço em relação à educação. Os custos com o ensino eram consideráveis e a possibilidade de ampliação de escolaridade estava restrita apenas às jovens de melhores condições financeiras.

Nesse contexto, surgiu o Instituto de Educação Régis Pacheco, e se iniciou uma nova etapa do progresso educacional na cidade de Jequié, bem como na vida das meninas jequienses. Com uma proposta de coeducação, o Instituto iniciou suas atividades e muitos jovens que não tinham condições de estudar fora da cidade iniciaram o curso ginásial; para as meninas abriu-se a possibilidade de se tornarem professoras primárias e ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico. Desta forma, podemos afirmar que o Instituto de Educação Régis Pacheco e o processo de escolarização feminina nas décadas de 60-80, do século XX, contribuíram de forma significativa para a ampliação da cidadania e dos direitos das mulheres no município de Jequié (BA), uma vez que através da ampliação dos estudos, as meninas não mais se contentavam com a ideia de apenas se casarem e viverem camufladas no espaço privado de seus lares.

A possibilidade de avançar no ginásial e ingressar no curso de Magistério permitiu que as mulheres se profissionalizassem e causassem um grande impacto rompendo com os paradigmas da época e construindo uma nova história feminina. É incontestável negar os benefícios que a escolarização trouxe para a vida feminina. A partir da instrução e da sua profissionalização, como docentes, elas se tornaram mais fortes e capazes para lutar por seus direitos e conquistarem o espaço público. As mulheres, agora, se tornavam donas de casa, mães, esposas, mas, acima de tudo, eram profissionais, participantes dos direitos cidadãos e mulheres públicas.

A partir das argumentações das entrevistas, foi possível sinalizar para relações sociais no âmbito da família e fora dela, mostrando as principais dificuldades existentes na harmonização da relação tempo/espaço para as mulheres/trabalhadoras, no desenvolvimento das atividades realizadas no trabalho docente e na família, visto que o tempo feminino é diversificado para a realização das atividades no interior do trabalho e no interior da família, como resultado ocorre a delegação de tarefas para familiares e outras pessoas. Assim, infere-se que a diversidade de características e atributos dos/as docentes configuraram as trajetórias familiares das docentes, contribuindo para a construção de suas identificações profissionais, pois se acredita que as experiências de socialização, as opções, decisões, as rupturas e as continuidades influenciam as representações dos significados do trabalho e família para homens e mulheres sobre o trabalho que desenvolve/desenvolveram na docência.

Assim, nesta pesquisa foi possível compreender um pouco mais sobre as representações de gênero, partindo da historiografia da educação feminina, pontuando as articulações e relações sociais de gênero entre gênero e educação. Infere-se que as docentes vivenciam as mudanças da educação, das relações no interior do trabalho e na família, atribuindo sentido e significados ao trabalho que realizaram, a partir de suas identificações como professoras e mulheres, construídas no decorrer de suas trajetórias escolares, profissionais e familiares.

NOTAS

^I Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação a Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS); diasalfrancio@hotmail.com

^{II} Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. dannyneto1@hotmail.com

^{III} ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008, p. 13.

^{IV} VILLELA, Heloisa de Oliveira. **A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, p.120.

^V VILLELA, Heloisa de Oliveira. A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008, p. 32.

^{VI} VILLELA, Heloisa de Oliveira. A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008, p. 33.

^{VII} ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 50.

^{VIII} ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

^{IX} ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

^X ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

^{XI} ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 54.

^{XII} HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis: mai/ago. 2011.

^{XIII} HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis: mai/ago. 2011, p.468.

^{XIV} CHAMON, C. S.. Ensinando meninos e meninas: a co-educação dos sexos na Corte carioca no final do Império. III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais....**, Curitiba: PUCPR, 2004.

- ^{xv} ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 58.
- ^{xvi} ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 58.
- ^{xvii} LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 451.
- ^{xviii} LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 450.
- ^{xix} LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 77.
- ^{xx} MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.); FELIPE, Jane; Goellner Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 14.
- ^{xxi} CRUZ, Maria Helena Santana; FRANÇA, Vera Lucia Alves França. **Educação feminina: memórias e trajetórias de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estancia-Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2011, p. 41.
- ^{xxii} CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais**. Fundação Mineira de Educação e Cultura – Universidade FUMEC, nov, 2006, p. 13.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v.81, n.197, p. 5-13, jan./abr. 2000.
- ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Ana Maria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.
- CHAMON, C. S.. Ensinando meninos e meninas: a co-educação dos sexos na Corte carioca no final do Império. III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **Anais....** Curitiba: PUCPR, 2004.
- CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério e a (con)formação das identidades profissionais**. Fundação Mineira de Educação e Cultura – Universidade FUMEC. nov. 2006. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_de_feminizacao.pdf> acesso em 06/03/2013.
- CRUZ, Maria Helena Santana; FRANÇA, Vera Lucia Alves França. **Educação feminina: memórias e trajetórias de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estancia-Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 2011.
- HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século IXI. **Estudos Feministas**, Florianópolis: mai/ago. 2011
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.); FELIPE, Jane; Goellner Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NUNES, Antonieta d'Aguiar. Fundamentos e políticas educacionais: história, memória e trajetória da educação na Bahia. In: **Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 16(2), p. 209 –224. dez. 2008.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens**: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995.

ROCHA, L. M. da Franca. A escola normal na Província da Bahia. In: ARAUJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 47-60.

VILLELA, Heloisa de Oliveira. **A primeira escola normal do Brasil**: uma contribuição à história da formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VILLELA, Heloísa de Oliveira. A primeira escola normal do Brasil: Concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas: Alínea, 2008.